

Cara-de-Pau

10 SET 1994

Com o inaceitável descaso pela aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento da União de 1994, o Congresso está deixando o Brasil sob o risco de bater outro recorde mundial negativo: encerrar o ano sem um Orçamento. Trata-se de nova demonstração de que o Congresso não está à altura das suas responsabilidades perante a Nação.

O ministro da Fazenda, Ciro Gomes, não escondeu perplexidade e inconformismo com a possibilidade de cumprir-se uma situação inimaginável e inédita "num Estado moderno organizado". Para evitar o desastre institucional, vai mobilizar parlamentares para que abandonem o *recesso branco* e permitam ao Congresso aprovar o Orçamento deste ano.

O primeiro dever de todo o Congresso é votar o Orçamento, agindo como representante da sociedade. Isso se faz com a fiscalização dos gastos do governo. É a única forma de proteger o cidadão da fúria tributária do Estado. Ou das emissões monetárias e do endividamento, fórmulas desesperadas (e inflacionárias) de cobrir rombos orçamentários.

Os deputados que tanto se empenham em encaixar emendas no Orçamento para atender interesses regionais, de olho no apoio de prefeitos e cabos eleitorais (foram 13 mil as emendas ao Orçamento de 1994), deveriam assumir responsabilidade coletiva pelo atraso dos programas sociais e de governo que dependem de verbas do Orçamento.

Estão ameaçados pagamentos das bolsas de estudo, do vale-transporte do funcionalismo, de parcelas da dívida externa de autarquias e empresas estatais e despesas de hospitais. Também podem ser afetadas a alimentação das Forças Armadas e a manutenção de penitenciárias, além do pagamento aos aposentados do salário mínimo de R\$ 70.

É uma situação kafkiana: sem a LDO e o Orçamento, mesmo que haja excesso de arrecadação, o

governo não pode pedir autorização ao Congresso para aumento de gastos. Tudo depende do Congresso, mas seus representantes nada fazem. Não estão nem aí para os problemas que criam.

O inacreditável é que, diante de tamanha irresponsabilidade, os deputados e senadores ainda tenham a cara-de-pau de percorrer o país em campanha à reeleição para o Congresso ou vôos mais altos em cargos executivos. Com que autoridade eles se apresentam novamente ao eleitor se não cumprem o compromisso que assumiram com ele na última urna?

A renovação recorde da representação do Congresso certamente será o castigo merecido para os políticos profissionais que só se lembram do eleitor, como cidadão e contribuinte, na véspera da eleição.

Não se pode mais aceitar uma representação que não se dedica às soluções dos problemas do país. O novo ministro da Fazenda já anunciou decisões urgentes que precisam ser votadas por este ou pelo futuro Congresso para garantir o sucesso do Plano Real e a estabilização da economia. Só com a revisão constitucional o Brasil resolverá o grave desequilíbrio estrutural da Previdência e promoverá reforma tributária capaz de garantir o crescimento sem inflação.

Também depende do Congresso a redefinição do papel do Estado brasileiro — menor na área empresarial e mais eficiente na área social. Isso implica novo pacto federativo para repartir responsabilidades da União, estados e municípios na assistência à saúde, na educação, nos programas alimentares, nos transportes e na segurança do cidadão.

O eleitor deve lembrar-se disso tudo na hora de escolher representante no novo Congresso. O país tem pressa de recuperar o atraso econômico e social acumulado por gestões incompetentes, sob o beneplácito de deputados e senadores que nada fizeram para mudar o país.